

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020001135

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2020

Contrato Particular de Contratação
Emergencial de prestação de Serviços,
entre o **MUNICÍPIO DE
INACIOLÂNDIA-GO**, e **MARIANA
TARTALIONI ALVES COIMBRA**.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DE INACIOLANDIA, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.14.868.880/0001-27, com sede na Av. Sete Lagoas, nº.19-A, Bairro Centro, neste ato representado pela Gestora Municipal, **MAURINHA HELENA CAMARGO CASTILHO**, brasileira, casada, inscrito no CPF nº 401.356.911-68, RG nº 1478809 2.A via SSP/GO, residente e domiciliado na Av.Campo Grande, nº.20, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, neste ato simplesmente designado **CONTRATANTE**; e de outro lado **MARIANA TARTALIONI ALVES COIMBRA**, brasileira, casada, Assistente Social, portadora do CPF nº 369.691.638-22, RG. 41.035.830-7 2.A Via SSP/SP, CRESS nº.60323, **PIS 190.364118.26**, residente e domiciliado na Rua 18, nº.60, Bairro Jardim Vitoria na cidade de Quirinópolis - Goiás daqui por diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, subordinados às cláusulas e condições que se seguem e considerando a Lei 8.666/93, tem-se por justo e acordado:

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado na sede da Prefeitura Municipal de Inaciolândia, aos 05 dias do mês de Fevereiro de 2020.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento de contrato emergencial de prestação de serviço social, será regido pelas disposições constantes da lei nº 8.666, de 21 de Janeiro de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de Janeiro de 1.994, lei nº 9.032, de 28 de abril de 1.995 e lei nº 9.648, de 27 de maio de 1.998 e Decreto nº.9.412 de 18 de julho de 2018, conforme Processo Administrativo nº 2020001135. Firmado nos termos do **Ato de Dispensa de Licitação nº.031/20, de 04 de Fevereiro de 2020**.

Clausula Primeira
DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente contrato contratação de profissional na área de Serviço Social, Assistente Social devidamente registrado no CRESS para compor a equipe de referência do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, conforme Resolução 017, de 20 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social conforme Termo de Referência.

Clausula Segunda
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços de que trata este contrato serão prestados na sede do CREAS e na Secretaria de Promoção Social de Inaciolândia-GO, de acordo com o cronograma de trabalho desenvolvido pelo FMAS.

Clausula Terceira
DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato tem seu termo inicial no ato da assinatura e termo final previsto para 31 de Julho de 2020 podendo ser prorrogado por igual período por meio de termo aditivo, desde que haja interesse de ambas as partes contratantes.

Clausula Quarta
DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) mensal perfazendo um valor global de R\$16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais). E o pagamento será efetuado até o 10 (décimo) dia útil de cada mês.

Clausula Quinta
DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - São obrigações:

- Parágrafo Primeiro.** A CONTRATADA não poderá transferir para terceiros, o objeto do presente contrato.
- Parágrafo Segundo.** A CONTRATADA deve arcar com os custos referentes à Imposto de Renda e Contribuições Sociais advindas deste Contrato.
- Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA se obriga a prestar todos os serviços, segundo as normas aplicáveis à espécie, sob a supervisão desta Prefeitura.

Parágrafo Quarto. A **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelas despesas referentes às obrigações fiscais e trabalhistas das pessoas empregadas para execução do serviço aqui contratado.

Clausula Sexta **DA RESCISÃO**

6.1 - Este contrato poderá ser rescindido e com possibilidade de aditar por qualquer das partes, sem indenização, deste que denunciado o fato com antecedência mínima de 30(trinta) dias, e unilateralmente pela **CONTRATANTE**, ocorrendo alguma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Clausula Sétima **DAS PENALIDADES**

7.1 - A inobservância da **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas deste contrato ou obrigação constante neste ou do dever originado de norma legal ou regularmente pertinente, autorizará a **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa, a aplicar a sua imediata rescisão, sem que caiba qualquer indenização. O profissional se submeterá as seguintes penalidades da seguinte forma:

- a) Advertência escrita;
- b) Suspensão em caso de reincidência e/ou rescisão contratual:

Parágrafo primeiro. Em caso da não permissão de realização dos serviços o qual foi designado a fazer, será facultado ao gestor aplicar multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor mensal percebido concomitantemente com as penalidades acima.

Parágrafo segundo. Implicará, ainda, na rescisão do contrato, a advertência reiterada da **CONTRATADA** pela prática de qualquer ato que implique em prejuízo aos serviços mediante processo sumário onde seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo terceiro. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetivas em que ele ocorreu por critério discricionário do Gestor, e dela será notificada.

Clausula Oitava **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - Para atender às despesas decorrentes deste Contrato especificado na Cláusula Primeira, serão utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

A dotação será a seguinte:

1 – Manutenção do CREAS:

07.0701.08.243.0483.2059. 339036 – 129 – Outros Serviços de Terceiros – PF.

Clausula Nona
DA NÃO GERAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

9.1 - Em não havendo subordinação direta, tratando-se de prestação de serviços por prazo determinado, este contrato não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, tampouco obrigações trabalhistas, pois é decorrente de licitação pública para prestação de serviços insuscetíveis de seleção prévias.

Clausula Décima
DA FISCALIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

10.1 - A **CONTRATADA** fica sujeito à fiscalização do GESTOR do FMAS, submetendo a ela toda a forma de trabalho para o desenvolvimento dos serviços contidos do objeto deste contrato. Fica, ainda, ciente de que a Auditoria Interna dispõe da competência de glosar os atendimentos incompatíveis, ou considerados excessivos sem que haja justificção, escrita, motivada dentro das justificativas legais.

Clausula Décima Primeira
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Caso sejam criados novos tributos incidentes sobre a presente contratação, ou sendo os atuais alterados, os valores dos custos administrativos deverão ser modificados, tudo para que seja mantido o equilíbrio econômico financeiro.

Parágrafo único.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa.

Clausula Décima Segunda
DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca desta cidade, Estado de Goiás, para nele dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

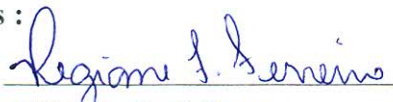
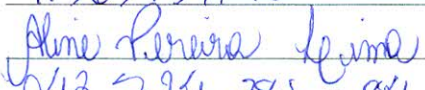
E, por estarem assim justos e CONTRATADOS, assinam o presente em quatro (04) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas que a tudo assistiram e reportam.


Inaciolândia GO, 05 de Fevereiro de 2020.


MAURINHA HELENA CAMARGO
CASTILHO
Gestora Municipal


MARIANA TARTALIONI
ALVES COIMBRA
CPF: 369.691.638-122
CRESS nº.60323
Contratada

Testemunhas :

1º: 
CPF: 91365739172
2º: 
CPF: 043.724.381-84

PUBLICADO
PLACARD
Prefeitura de Inaciolândia
Em 05/02/2020

Secretaria Municipal da Administração
Roberto Antônio dos Santos
Portaria nº.1767/2019

PLACARD
Imprensa OFICIAL da
Prefeitura de Inaciolândia